

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

IMPUGNAÇÃO 1: Conforme itens do TR 11.1.34 (apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente) e 11.1.35 (os atestados de Capacidade Técnica DEVERÃO CONTER EM DESTAQUE: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executados) e item 20.1 do Edital, consignamos que NENHUM dos 3 atestados apresentados pela licitante BNP Serviços de Informática Ltda - ME comprovam a prestação de serviços em consonância com o objeto do termo de referência, no que tange principalmente a parte do objeto descrita como: ... MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, e suporte aos administradores; CUSTOMIZAÇÃO DE DEMANDAS E MELHORIAS, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E EVOLUTIVA; E ADEQUAÇÃO ÀS MUDANÇAS OU NOVAS LEIS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, que porventura surjam, no Software Público de Gestão Municipal E-cidade ( sob licença General Public License – GPL), disponível no Portal do Software Público Brasileiro – SBP ([www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br)), para a área de Educação, os Módulos Escolares, Secretaria de Educação, Alimentação Escolar, Biblioteca, Transporte Escolar, Business Intelligence, Configuração e todos os módulos relacionados à área de Educação bem como o de Recursos Humanos.

Os atestados apenas mencionam serviços de cloud, hospedagem, backup, email, análise e desenvolvimento de sistemas, ou seja, NÃO DEMONSTRAM COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NO E-CIDADE (MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, e suporte aos administradores; CUSTOMIZAÇÃO DE DEMANDAS E MELHORIAS, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E EVOLUTIVA; E ADEQUAÇÃO ÀS MUDANÇAS OU NOVAS LEIS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, que porventura surjam), cerne do objeto desta licitação.

É dever da Administração exigir na licitação aquela documentação INDISPENSÁVEL PARA A EXECUÇÃO do contrato e o que for FUNDAMENTAL para verificar a idoneidade e a capacidade das licitantes. Nesse sentido, é o artigo 30, inciso II, da Lei 8.666/93, que dispõe: “comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e COMPATÍVEL EM CARACTERÍSTICAS, quantidades e prazos com o OBJETO da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos”; ou seja, correta e coerente a exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica compatível com o objeto do certame, qual seja, execução de serviços no e-cidade. Ainda, como citado no que diz respeito à capacidade técnica, a exigência de qualificação técnica das licitantes tem como objetivo demonstrar que a empresa já realizou serviços similares, de forma a evitar eventuais riscos da Administração em contratar empresa que não tenha qualquer experiência na EXECUÇÃO DE OBJETO COMPATÍVEL e, além do mais, a exigência editalícia tem sua legalidade pacificada no Acórdão 2326/2019 do TCU. Ainda, em homenagem ao PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, cabe esclarecer que a ampliação da disputa entre os interessados se pauta na Lei. Não sendo cabível a ampliação da disputa em contrariedade à norma legal, e sob risco de confrontar a segurança da futura contratação. Assim, a Administração, busca a contratação de empresa que efetivamente trabalhe na área e seja capaz de mobilizar os elementos necessários ao desenvolvimento da atividade prevista no objeto, EXIGINDO a comprovação da capacidade por meio de atestado de capacidade técnica devidamente COMPATÍVEL COM O OBJETO, qual seja, a prestação de serviços em consonância com o objeto do termo de referência, no que tange principalmente a parte do objeto descrita como: ... MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, e suporte aos administradores; CUSTOMIZAÇÃO DE DEMANDAS E MELHORIAS, MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E EVOLUTIVA; E ADEQUAÇÃO ÀS MUDANÇAS OU NOVAS LEIS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS, que porventura surjam, no Software Público de Gestão Municipal E-cidade ( sob licença General Public License – GPL), disponível no Portal do Software Público Brasileiro – SBP ([www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br)).

Portanto, demonstrado a ausência de comprovação de capacidade técnica, necessário a desclassificação da Licitante BNP Serviços de Informática;

IMPUGNAÇÃO 2. No que tange ao enquadramento das Licitantes, especificamente em relação à primeira colocada, no documento apresentado do SICAF (16.1 do Edital) a Licitante, ora impugnada, está cadastrada como ME, porém, na declaração unificada número 5, não declararam como ME, mas como EPP, divergindo do item 9.5.4-Edital: “Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostentando os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei”.

Nesse sentido, temos a penalidade prevista no item 9.5.5-que deverá ser aplicada, com a consequente desclassificação por divergência na declaração juntada no processo Licitatório: “A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao ENQUADRAMENTO como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital”;

Diante de todo o exposto, requer a desclassificação da Licitante BNP Serviços de Informática Ltda - ME, por ausência de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto licitado; e pela divergência formal da Declaração número 5.

Termos em que pede deferimento.

**Fechar**